

TRADUÇÃO BEHAVIORISTA DO CONCEITO JAMESIANO DE EU
BEHAVIORIST TRANSLATION OF THE JAMESIAN CONCEPT OF SELF

FREDERICO DENTELLO¹ E MARIA TERESA DE ARAUJO SILVA²
INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

RESUMO

Realizou-se um estudo comparativo entre os conceitos de eu tal como formulados pelos psicólogos William James (1842-1910) e B. F. Skinner (1904-1990). No caso de James, a fonte foi o capítulo “The consciousness of self” de sua obra *The principles of psychology*, a partir do qual se relataram os constituintes do eu empírico, a reflexão do autor sobre o ego puro e a descrição dos sentimentos, emoções e ações do eu. No caso de Skinner, as fontes foram a seção “The individual as a whole”, da obra *Science and human behavior*, e o capítulo “Thinking”, da obra *Verbal behavior*, além de alguns outros artigos. Traduziu-se o conceito de eu de James em referência a contingências de reforço: o eu material em termos de filogênese e ontogênese, o eu social em termos de controle de estímulo, o eu espiritual como repertório modelado pela comunidade verbal e o ego puro no contexto dos três níveis de seleção do comportamento humano.

Palavras-chave: eu, William James, B. F. Skinner, behaviorismo radical, fluxo de pensamento.

ABSTRACT

This paper is a comparative study of the concepts of self as formulated by the psychologists William James (1842-1910) and B. F. Skinner (1904-1990). The source for James' concept was the chapter “The consciousness of self” of his book *The principles of psychology*, from which the constituents of the empirical self, the author's reflection on the pure ego, and the feelings, emotions and actions of the self were described. In Skinner's case, the sources were the section “The individual as a whole” of the book *Science and human behavior*, the chapter “Thinking” of the book *Verbal behavior*, and a few other articles. James' concept of self was translated into references to contingencies of reinforcement: the material self in terms of phylogeny and ontogeny, the social self in terms of stimulus control, the spiritual self in terms of a repertoire shaped by the verbal community, and the pure ego in terms of the three levels of selection of human behavior.

Keywords: self, William James, B. F. Skinner, radical behaviorism, stream of thought.

Este artigo é um estudo comparativo entre os conceitos de eu tal como formulados pelos psicólogos William James (1842-1910) e B. F. Skinner (1904-1990). O conceito jamesiano de eu é apresentado a partir do capítulo “The consciousness of self” da obra *The principles of psychology* (James, 1890/1994). O conceito skinneriano correspondente encontra-se na seção “The individual as a whole” do livro *Science and human behavior* (Skinner, 1953), e fundamenta-se também nas reflexões decorrentes do capítulo “Thinking” da obra *Verbal behavior* (Skinner, 1957).

Durante a pesquisa que resultou neste texto, foi surpreendente a dificuldade de encontrar estudos de outros autores sobre as relações entre James e Skinner, em geral, e sobre o conceito de eu, em particular. Na história da psicologia de Figueiredo (1991), sua ligação é tênue e não aprofundada, e ainda parece não corresponder bem às tradições filosóficas que cada um fundou. Em outra obra (Figueiredo, 1992), dedicada à história da subjetividade, o mesmo autor excluiu qualquer consideração do conceito de eu jamesiano nos desenvolvimentos da

¹ Endereço para correspondência: Av. Prof. Mello Moraes, 1721 – Bloco A/Sala A6 – São Paulo/SP – CEP 05508-030. E-mail: fred.dentello@gmail.com

² E-mail: teresar@usp.br

psicologia moderna. Em Abib (1996), James é revalorizado no contexto histórico da psicologia, mas não se exploram possíveis relações de influência entre ele e a análise do comportamento, embora um trabalho anterior de Abib (1993) tenha procurado relacionar a concepção skinneriana de ciência ao pragmatismo de James. Por outro lado, um artigo seu posterior (Abib, 1999) expõe um conceito jamesiano de eu entendido como subjetividade; ali, entretanto, a ênfase está na descrição das ideias de James, e não em maneiras de interpretá-las conforme outras teorias. Baum (2006) menciona James em diferentes ocasiões como uma das principais referências do pragmatismo e a similaridade entre essa filosofia e a atitude científica da análise do comportamento skinneriana, mas não discute o empirismo jamesiano ou *The principles of psychology* e suas possíveis relações com o behaviorismo radical. A abrangente tese de Tourinho (2006), que versou sobre a subjetividade do ponto de vista da análise do comportamento, não incluiu considerações sobre o conceito de eu de James. Outra tese (Lopes, 2006) sugere relações filosóficas entre os conceitos de eu de James e de Skinner, mas não é uma das bases deste artigo, porque propõe “uma explicação psicológica do homem que não precisa recorrer a entidades não comportamentais” (Lopes, 2006, p. 224), tratamento divergente do aqui proposto. O trabalho que se mostrou mais próximo desta pesquisa é o de Malone (1975), em que o autor destaca similaridades entre os programas de James e Skinner para a psicologia. Em alguns pontos, a interpretação das teorias aqui proposta converge com a apresentada naquele artigo, mas na maior parte aqui se faz um percurso distinto, à medida que os

argumentos de Malone procuram criticar o que ele considerou vago e excessivo quanto ao conceito de reforço na teoria skinneriana, que deveria, de certa maneira, ser aperfeiçoada a partir do que James descreveu em seus *Principles*.

O conceito de eu em Skinner é aqui apresentado apenas brevemente, porque se supõe que o leitor esteja familiarizado com ele; em todo o caso, uma exposição mais detalhada pode ser encontrada em Dentello (2009), assim como a identificação de outras relações significativas entre as obras de James e Skinner. Conforme Skinner (1953, p. 285), “um eu é simplesmente um dispositivo para representar *um sistema de respostas funcionalmente unificado*”; o eu é um repertório sob controle de estímulo, repertório que é identificado ao que é tradicionalmente chamado de personalidade. Outra importante característica do eu é a autoconsciência, entendida como o conjunto de respostas que relatam o comportamento do próprio indivíduo (Skinner, 1953, pp. 287-288), reforçadas por um conjunto especial de contingências arranjadas pela comunidade verbal (Skinner, 1957, p. 314).

Ao longo deste artigo, há vários excertos de obras de William James. Isso foi feito não só por causa da beleza do estilo do autor, por mais que essa fosse uma boa razão em si. Como afirmou Malone (1975, p. 144), quem não leu James “perdeu a mais clara prosa e a mais esclarecida autodescrição jamais escrita”. James é citado várias vezes também para compartilhar com os leitores a oportunidade de entrar em contato com um autor que, embora seja muito conhecido, é pouco lido. Todas as citações cujas fontes estão em língua estrangeira foram traduzidas pelos autores

deste artigo, e todos os grifos presentes nas citações provêm dos originais consultados.

CONCEITO DE EU SEGUNDO JAMES

O conceito de eu em James divide-se em *eu empírico* e *ego puro*. O primeiro é descrito em três aspectos: seus constituintes (material, social, espiritual), os sentimentos e emoções por ele suscitados, e as ações por ele incitadas. O segundo é o princípio de identidade pessoal teoricamente considerado, a que James dedicou uma análise mais filosófica que científica, mas a fim de deixar claro o seu ponto de vista sobre como a psicologia pode tratar da questão em um plano empírico ao invés de metafísico.

Eu material. Corresponde às condições tangíveis que servem de “suporte”, por assim dizer, à realidade física do indivíduo. Sua base fundamental é o corpo, sua condição de organismo, de ente biológico: um corpo que tem duração finita, que ao mesmo tempo mantém uma identidade e transforma-se, desde o desenvolvimento embrionário até os últimos momentos de vida. Em outras palavras, o corpo é sempre o mesmo e sempre diferente, à medida que muda conforme determina a interação entre as predisposições internas, genéticas, e as condições ambientais que formam o espaço em que o organismo vive.

O corpo também é, por assim dizer, a origem das necessidades de subsistência do eu. A condição de ser um organismo vivo impõe ao indivíduo alimentar-se, beber, repousar, reproduzir-se, enfim, o conjunto de atividades cuja finalidade é sustentar a continuidade de sua vida. Igualmente, é essa condição que obriga o eu material a conservar-se, a proteger sua integridade de con-

dições nocivas, ambientais ou impostas por outros organismos.

Além do corpo, James enumera como elementos pertencentes à materialidade do eu: as roupas, os parentes próximos, a casa e os bens e objetos pessoais. O indivíduo apropria-se de suas roupas em um sentido íntimo, como parte de quem ele é; o indivíduo identifica-se com elas. Pai e mãe, cônjuge e filhos, todos são parte do eu; suas alegrias e dores afetam-no, e a morte de qualquer deles significa uma parte do eu que se perde. A casa não é um espaço físico apenas; as cenas domésticas fazem parte da vida, inumeráveis sentimentos são despertados pelos ambientes da casa, assim como o são memórias que dão identidade ao indivíduo. Igualmente, elogios e críticas de um visitante são tomados como cumprimentos e ofensas pessoais. Nas palavras de James (1890/1994, p. 189): “Todos nós temos um impulso cego de resguardar nosso corpo, cobri-lo com roupas de maneira ornamental, acalentar pais, esposa e filhos, e encontrar para nós um lar próprio em que possamos morar e ‘ser melhores’.”

O último elemento do eu material são tanto riquezas quanto objetos, valiosos ou não, mas que têm valor afetivo. Reunir bens e coisas acrescenta ao eu partes de sua identidade; o indivíduo se compraz não só pelo valor econômico das coisas que possui, mas, especialmente, pela dimensão de valorização subjetiva que experimenta com elas.

Eu social. Conforme James (1890/1994, p. 189), o eu social pode ser sintetizado pela fórmula: o eu social de um indivíduo é o reconhecimento que ele obtém de seus pares. O ser humano não apenas vive em sociedade; a própria identidade de cada sujeito depende da aprovação e das críticas a ele dirigidas pe-

los outros. Ser ignorado por pessoas que são reconhecidas como importantes, por exemplo, reduz o indivíduo à condição de coisa.

Uma consequência relevante dessa formulação é a de que existem diferentes eus sociais em um mesmo indivíduo. Uma pessoa é diferente em meio à própria família do que é quando está entre os amigos da escola ou do trabalho, por exemplo. James afirma que cada pessoa com quem o indivíduo se relaciona carrega uma imagem dele na mente, e essa imagem determina parte da identidade do indivíduo, cada um de seus eus sociais. Essa “imagem” será discutida mais adiante, durante a tradução das ideias de James em termos pesquisáveis pela análise do comportamento.

Há, assim, tantos eus sociais quantos há grupos distintos com cuja opinião se importa o indivíduo. Em particular, o mais específico eu social de alguém reside na mente da pessoa que ele ou ela ama. Os afetos suscitados pela pessoa amada são os que mais intensamente conferem identidade social ao indivíduo ou a abalam. Daí os efeitos avassaladores sobre um indivíduo diante de sinais ambivalentes da pessoa que ele ama.

Os eus sociais também podem ser descritos por palavras como fama, honra e desonra. São determinantes de decisões e atitudes do indivíduo em relação aos grupos que sustentam sua fama ou estabelecem sua honra ou desonra. Assim, por exemplo, “o ladrão deve não roubar de outros ladrões; o apostador deve pagar suas dívidas de jogo, embora não pague nenhuma outra dívida no mundo” (James, 1890/1994, pp. 190-191). Do mesmo modo, “você deve aceitar o desafio de um igual, mas se é desafiado por um inferior você pode rir dele e desprezá-lo” (James, 1890/1994, p. 191).

Eu espiritual. Por chamar-se *espiritual* o terceiro constituinte do eu, não se deve, entretanto, compreendê-lo como um elemento não empírico. O eu espiritual deve ser considerado concretamente, como o ente interior, subjetivo, em que o indivíduo se reconhece, assim como reconhece suas faculdades ou disposições psíquicas. James (1890/1994, p. 191) afirma:

Essas disposições psíquicas são a parte do eu mais duradoura e íntima, a parte que nós mais verdadeiramente parecemos ser. Obtemos uma autossatisfação mais pura quando pensamos em nossa habilidade de argumentar e discriminar, em nossa sensibilidade e consciência morais, em nossa vontade indomável, do que quando examinamos quaisquer de nossas outras posses. Somente quando aquelas [disposições psíquicas] estão alteradas declara-se que um homem está *alienatus a se*.

Um indivíduo está fora de si (“*alienatus a se*”), ou alienado mentalmente, quando não pode ou não consegue reconhecer essas disposições como parte de sua identidade. O eu espiritual recobre-se, desse modo, de um caráter reflexivo. Isto é, ele exige deixar de lado o ponto de vista externo, centrado, por exemplo, nas imagens mentais dos outros, para pensar sobre a própria condição subjetiva, para que o indivíduo se reconheça como um pensador separado dos outros.

Ainda mais especificamente, James argumenta que o eu espiritual depende de que o sujeito discrimine o pensamento em si do objeto sobre o qual o pensamento opera. A respeito dessa diferença sutil, ou difícil de delimitar, James (1890/1994, pp. 191-192) argumenta:

As bases mais profundas dessa discriminação talvez possam ser difíceis de encontrar; mas bases superficiais são abundantes e estão à mão. Quase todos nos dirão que o pensamento tem um diferente tipo de existência em comparação com as coisas, porque muitos tipos de pensamento não são sobre coisas – por exemplo, prazeres, dores e emoções –; outros são sobre coisas inexistentes – erros e ficções –; outros ainda de coisas existentes, mas de uma forma que é simbólica e não se assemelha a elas – ideias e conceitos abstratos –; enquanto nos pensamentos que se assemelham mesmo às coisas “de” que eles são (perceptos, sensações), podemos sentir, paralelamente à coisa conhecida, o pensamento dela decorrendo na mente como um ato e operação inteiramente separados.

O eu espiritual é *sentido*, isto é, o indivíduo reconhece a si mesmo no espaço de sua intimidade. Continuamos a caminhar sobre um campo de distinções sutis, mas importantes. James afirma que o eu espiritual não é o *ente racional* que filosofias tradicionais consideram ser a identidade do sujeito que pensa, quer dizer, ele não é uma cognição, um agente intelectual; não é a soma de memórias que constroem uma história individual; não é uma palavra apenas, como os pronomes “eu” e “mim”, a denotar um ser imaginário ou a fazer parte de estruturas sintáticas. O indivíduo *sente* o eu espiritual. Sobre essa ideia, James (1890/1994, p. 193) diz que o eu espiritual é sentido “assim como o corpo é sentido, e o sentimento do corpo é também uma abstração, porque nunca se sente o corpo sozinho, mas sempre junto com outras coisas”. Daí o paralelismo mencionado anteriormente, entre o pensamento “de” algo e aquele sobre o conhecimento de pensar “em si” e “por si”.

Vale reiterar, finalmente, que a qualificação “espiritual”, no que diz respeito a determinar em termos introspectivos o que sente o indivíduo quando reconhece seu eu espiritual, não significa que esse objeto está fora do alcance dos métodos de pesquisa das ciências naturais. Rigorosamente, o eu espiritual poderia ser compreendido em termos de processos puramente corporais (James, 1890/1994, p. 193). Em outras palavras, se o eu espiritual é o que faz diferença na forma de um intermediário personalizado entre conteúdos psíquicos (ideias, perceptos, sensações, vontades etc.) e comportamentos públicos (ações exercidas sobre o ambiente e outros organismos), ele seria uma coleção de atividades não diferentes fisiologicamente dos próprios atos públicos. O eu chamado *espiritual* pode ser traduzido em termos operacionais, relacionados a atividades do sistema nervoso teórica ou praticamente observáveis. Essa questão será retomada mais adiante, na discussão do problema do ego puro em James e Skinner.

Ego puro. No capítulo “The consciousness of self” dos *Principles of psychology*, James usou mais que o dobro de páginas para discutir o ego puro do que para investigar os outros aspectos do eu. A longa análise feita pelo autor apresenta um abrangente apanhado de teorias filosóficas sobre o que seja o eu e é um grande exercício crítico em busca de relacioná-las (ou abandoná-las) em face das condições de pesquisa possíveis em psicologia, entendida como uma ciência natural. Entretanto, optou-se aqui por não reproduzir em detalhes o estudo do ego puro proposto por James; apresentam-se apenas alguns elementos resumidos, escolhidos a partir dos argumentos do autor.

O ego puro é o princípio de identidade pessoal que o indivíduo reconhece em si mesmo em todas as diferentes formas de seus “eus” (material, social, espiritual). Nas palavras de James (1890/1994, p. 213), trata-se do “mais enigmático quebra-cabeça com que a psicologia tem de lidar”. De fato, para lidar com isso em sua psicologia, o autor lança mão da filosofia, agrupando diferentes ideias sobre o ego em três grupos de teorias: a espiritualista, a associacionista e a transcendentalista.

A teoria espiritualista também pode ser chamada de teoria da alma. James afirma que suas raízes estão na filosofia popular e na escolástica, que, aliás, não seria mais do que a filosofia popular sistematizada (James, 1890/1994, p. 221). Seu raciocínio básico é o seguinte: posto que os fenômenos psíquicos são atividades, e que não existem atividades sem que haja um agente concreto, o princípio interior de identidade de um sujeito, seu ego puro, deve ser substancial. Além disso, esse agente substancial não pode ser o cérebro, que é composto de matéria; a atividade do cérebro é o pensamento, que tanto é imaterial quanto pode conhecer coisas imateriais. Mas a matéria é incompatível com os poderes requeridos para executar essas funções. Ainda, o pensamento é espontâneo, livre, algo também incompatível com a matéria, que é determinada externamente. Portanto, o agente substancial deve ser outra coisa, algo como o que se denomina alma. Um resumo das críticas do autor a essa teoria pode ser identificado na seguinte declaração: “No todo, a Alma é uma progênie daquela maneira de filosofar cuja grande máxima é, de acordo com o dr. [Richard] Hodgson: ‘O que quer que você seja *totalmente* ignorante

a respeito, declare ser a explicação de todo o resto’” (James, 1890/1994, p. 223).

William James menciona como principais originadores da teoria associacionista os filósofos John Locke e David Hume, ainda que mencione vários outros autores. De acordo com o que James interpreta a partir das obras desses pensadores, e em termos bastante resumidos, a mente seria constituída pela associação, em uma unidade, de uma diversidade de ideias distintas entre si. As ideias sucedem-se umas às outras, e ao mesmo tempo cada uma é separada das outras. Desse modo, a ideia de X mais a ideia de Y seria diferente da ideia de X mais Y. Em outros termos, no que diz respeito à ideia de ego, ou melhor, à ideia de uma identidade pessoal, sua importância residiria em sua unidade verificável e sentida, ainda que transitória, à medida que se constituiria como uma consciência da diversidade. Na teoria associacionista do ego, uma “unidade metafísica ou absoluta seria insignificante” (James, 1890/1994, p. 226). Entretanto, afirma James (1890/1994, p. 228) sobre os associacionistas: “embora eles sejam bastante explícitos sobre o que [o ego puro] é, quer dizer, uma sucessão de sentimentos e pensamentos, eles são muito tímidos quanto a declaradamente tratar do problema de como ele vem a ser consciente de si mesmo”. Desse modo, *o que* observa, reconhece ou percebe como a identidade pessoal do sujeito deve ser postulado como algo além da corrente de ideias associadas.

A terceira teoria que James cita sobre o ego puro é a transcendentalista, cuja origem ele atribui a Immanuel Kant. Em termos bastante simplificados, a consciência de que “eu penso” estaria implícita em toda a experiência de conhecimento; para todo obje-

to conhecido, a condição necessária é a de que haja um sujeito que conhece. Esse ego, segundo James (1890/1994, p. 233), é chamado por Kant de “Unidade de Apercepção original sintética transcendental”. Ainda segundo James, o ego transcendental, embora se assemelhe à alma da teoria espiritualista, é, entretanto, desprovido de características positivas; ele seria a simples e integralmente vazia *ideia* de eu. Mas, se considerarmos, como James (1890/1994, p. 235), que esse ego é um agente, então o “transcendentalismo é apenas o substancialismo que ficou envergonhado, e o ego apenas uma edição ‘reles e barata’ da alma”.

James apresenta os três grupos de teorias sob a exigência de discutir do ponto de vista metafísico o princípio de identidade pessoal por ele denominado ego puro. Nenhuma das teorias, entretanto, resulta na definição de objetos empiricamente pesquisáveis, uma forte razão para que James não as incorpore. O ego puro, como um constituinte do eu, não é uma ideia, não é uma alma, não está fora do tempo. Nas palavras de James (1890/1994, p. 259):

É um *Pensamento*, a cada momento diferente do momento anterior, mas *apropriador* do último, juntamente com tudo que o anterior chamava de seu. Todos os fatos experienciais encontram seu lugar nessa descrição, sem o ônus de nenhuma hipótese salvo aquela da existência de pensamentos ou estados mentais passageiros. O mesmo cérebro pode servir a muitos eus conscientes, sejam alternados, sejam coexistentes; mas através de quais modificações em sua ação, ou se condições transcerebrais podem intervir, são questões que não podem ser agora respondidas.

Sentimentos e emoções suscitados pelo eu.

Os constituintes do eu têm correspondentes em sensações, perceptos e emoções que podem ser reunidos sob o termo *cenestesia*. Geralmente, o conceito refere-se às sensações que o indivíduo tem a respeito de sua própria condição (estados corporais, por exemplo, assim como o relato verbal de seus sentimentos para si mesmo) e a respeito de sua própria identidade. Para James, porém, em *The principles of psychology*, em que se usa a expressão *self-feeling* para designá-la em inglês, a cenestesia reúne a autoconsciência e a autoinsatisfação.

Autoconsciência e autoinsatisfação são conjuntos conflitantes de sentimentos e emoções. Ambas têm no vernáculo uma grande variedade de termos que identificam seus elementos. Assim, a primeira reuniria, por exemplo, orgulho, presunção, vaidade, autoestima, arrogância, vanglória. A segunda conteria modéstia, humildade, desorientação, insegurança, vergonha, mortificação, contrição, repúdio de si mesmo, desespero.

Ações incitadas pelo eu. James (1890/1994, p. 198) afirma que as ações incitadas pelo eu decorrem de “nossos impulsos instintivos fundamentais”. Essas ações, como os elementos da cenestesia, também são agrupadas em dois conjuntos: de autopreservação e de autofavorecimento (no original, respectivamente *self-preservation* e *self-seeking*). A diferença básica é que a primeira trata de manter uma condição *presente* do eu, e o segundo cuida obter bens ou vantagens *futuros* para o eu.

Talvez a autopreservação possa ser mais facilmente identificada com “impulsos instintivos”. Nas palavras de James (1890/1994, p. 198): “Todos os movimentos e ações reflexos, comuns e úteis de alimentação e defesa

são atos de autopreservação corporal. Medo e raiva incitam atos que são úteis da mesma maneira.” Entretanto, é algo difícil distinguir os dois conjuntos de ações incitadas pelo eu à medida que se consideram as várias ações de autofavorecimento relacionadas pelo autor às finalidades de obter benefícios para o eu material: caçar para obter alimentos, adquirir coisas, construir abrigos e ferramentas, e também amabilidade, afeto aos pais, curiosidade e emulação. Vale destacar que em James, portanto, os “impulsos instintivos” revestem-se de características que tenderiam a ser parte da explicação por que os seres humanos produzem a cultura e são por ela condicionados.

O autofavorecimento desdobra-se também de maneira correspondente em face dos eus social e espiritual. Aquele social reúne, desse modo, as ações cujo objetivo é o reconhecimento do indivíduo por parte de seus semelhantes. Nesse caso, todas as ações incitadas pelo eu social são executadas desde que sejam úteis para alcançar reconhecimento e aprovação social. Por exemplo (James, 1890/1994, p. 199):

É claro que amigos distintos e reconhecimento admirado são os mais desejáveis – Thackeray, em algum lugar, pede para seus leitores confessarem se não daria a cada um *deles* um prazer sublime ser visto caminhar com um duque em cada braço ao longo da Pall Mall [rua londrina com muitos clubes chiques]. Mas na falta de duques e saudações invejosas quase qualquer coisa servirá para alguns de nós; hoje há toda uma raça de seres cuja paixão é manter seus nomes nos jornais, não importa sob qual título, “chegadas e partidas”, “textos a pedido”, “entrevistas” – fofocas, e mesmo escândalos, convirão a eles se não houver nada melhor.

Quanto à forma espiritual do autofavorecimento, trata-se das ações que procuram obter progresso intelectual ou moral, por exemplo. Entretanto, James (1890/1994, p. 199) pondera que as ações especificamente espirituais seriam “apenas autofavorecimento material e social além-túmulo. No desejo muçulmano pelo paraíso e na aspiração cristã de não ser condenado ao inferno, a materialidade dos bens almejados é indisfarçada”.

TRADUÇÃO DO CONCEITO DE EU

A partir deste ponto, traduzem-se em termos behavioristas os constituintes do eu, os sentimentos e emoções por ele suscitados e as ações por ele incitadas. A palavra *tradução* é aqui usada no mesmo sentido em que a palavra aparece nos *Notebooks* de Skinner (1980; o índice remissivo remete a 15 exemplos relevantes). Buscou-se produzir aqui uma comparação entre teorias compatível com a seguinte ideia de Skinner (1980, p. 141): “uma tradução é algo que tem o mesmo efeito sobre leitores de uma linguagem diferente que o texto tem sobre leitores da linguagem original”. Essa prática (ou sua necessidade) está longe de ter sido inventada por Skinner. James, ao falar sobre os métodos da psicologia, adverte:

A linguagem foi originalmente feita por homens que não eram psicólogos, e a maioria dos homens hoje emprega quase exclusivamente o vocabulário das coisas exteriores. As paixões cardeais de nossas vidas – raiva, amor, medo, ódio, esperança – e as mais abrangentes divisões de nossas atividades intelectuais – lembrar, esperar, pensar, saber, sonhar – com os mais amplos gêneros de sentimentos estéticos

– alegria, lamento, prazer, dor – são os únicos fatos de uma ordem subjetiva que esse vocabulário digna-se notar com palavras específicas. As qualidades elementares da sensação, brilhante, alto, vermelho, azul, quente, frio, são, é verdade, suscetíveis de serem usadas tanto num sentido objetivo quanto subjetivo. Representam qualidades externas e os sentimentos que estas provocam...

Mas um defeito pior que a vacuidade [de termos científicos] decorre de depender a psicologia do discurso comum. Nomeando nosso pensamento por seus próprios objetos, quase todos nós supomos que assim como são os objetos, assim devem ser os pensamentos. (James, 1890/1994, pp. 127-128)

A importância da linguagem na produção de explicações científicas em psicologia, especificamente em relação à análise do comportamento, permanece uma questão destacada, mais de um século depois da publicação dos *Principles of psychology* de James. Exemplos atuais de reflexões sobre o tema podem ser encontrados em Carone (2004) e Mechner (2008), assim como podem ser intuídos, em argumentos alinhados a certa forma de psicologia cognitiva, em Dawkins (2006) e Dennett (2005).

Eu material, filogênese e ontogênese. O eu material de James pode ser traduzido, a fim de investigar as relações funcionais que o determinam, em termos de filogênese e ontogênese, de privações e emoções, e dos reforçadores envolvidos (tanto incondicionados quanto condicionados).

O eu material é o corpo do indivíduo e suas roupas, parentes próximos, casa, bens e objetos pessoais. Em análise do comportamento, sugerimos entender o primeiro item

dessa série, o corpo, como o organismo considerado individualmente, cuja anatomia e fisiologia são determinadas filogeneticamente, características da espécie que resultam da evolução biológica, especificamente resultante da seleção natural. Ayala (2003) apresenta uma exposição detalhada sobre todos os processos envolvidos na evolução biológica, mas aqui enfatizamos a seleção natural por sua analogia com a seleção do comportamento por suas consequências.

O que o organismo faz e pode vir a fazer depende diretamente de suas capacidades sensoriais e de promover mudanças no ambiente, assim como sua sensibilidade para ser afetado pelas consequências de suas ações no espaço em que vive. O corpo é a origem, por assim dizer, das necessidades biológicas do eu. Ou, em outras palavras, é da condição de ser um organismo que decorrem as motivações funcionalmente relacionadas ao seu comportamento individual: as privações e os estados corporais que acompanham as emoções.

Disso decorre outro fator ligado à consideração do eu material em termos behavioristas: a ontogênese do comportamento. O corpo, em certo sentido, é sempre o mesmo, e igualmente está sempre em mudança, e o eu material, como suporte da subjetividade, possui as duas características. O aspecto de permanência pode ser traduzido em termos de uma unidade de história de reforço, isto é, do entendimento de que o organismo atual resulta não só de uma história evolutiva que o predispõe a ter certas características físicas e a agir de maneiras idiossincráticas, mas também de uma longa série de eventos em que as consequências de suas atividades o afetaram. O organismo presente é o único elemento comum, nesse sentido, em uma linha que se

estende no tempo e na qual o indivíduo viveu em ambientes sempre cambiantes. O aspecto de permanência, entretanto, não se sustenta em condições físicas; o organismo não só muda no que diz respeito aos efeitos do envelhecimento, ele muda também como resultado das experiências que vive. As mudanças no organismo em função das experiências (ou, em outras palavras, da constante sucessão de estados de consciência) eram já uma suposição de James (1890/1994, caps. 2-3), e as pesquisas em neurociências têm produzido mais e mais evidências sobre as relações entre comportamento e as mudanças no organismo, em particular no sistema nervoso (Silva, Gonçalves, & Garcia-Mijares, 2007).

Roupas, parentes, casa e posses podem representar reforçadores de dois tipos, incondicionados e condicionados. Por um lado, é fácil observar que usar roupas pode ser reforçado porque o organismo protege-se de condições ambientais eventualmente daninhas, como luz solar excessiva, ventos frios, espinhos de plantas, parasitas da pele, dentre vários exemplos possíveis; ser emocionalmente afetado pelo que acontece com parentes pode ter sido selecionado filogeneticamente à medida que tenham aumentado as chances da propagação das características do indivíduo ao longo das gerações; manter uma casa, de maneira semelhante às roupas, pode ter sido reforçado enquanto tenha garantido um ambiente protegido das intempéries, em que se armazenassem reforçadores (como mantimentos) e em que se pudessem desempenhar atividades sem a competição de outros organismos (como alimentar-se, repousar, procriar); objetos pessoais podem ter tido uma utilidade direta-

te relacionada à obtenção de reforçadores e à fuga ou esquiva de punidores (uma faca de pedra pode servir tanto para obter presas quanto para escapar de predadores). Por outro lado, seria difícil entender sob condições exclusivamente naturais por que as roupas têm certas cores, formas, materiais e adereços; por que alguns parentes são mais amados que outros ou por que agregados e membros adotados afetam o sujeito como se compartilhassem seu próprio sangue; por que as casas têm tamanhos, ornamentos e localizações de maneira muito independente de suas funcionalidades para o indivíduo; por que dinheiro e objetos pessoais são reunidos e buscados em quantidades e qualidades que estão além da necessidade e possível utilidade para um ser humano.

Roupas, parentes, casa e posses podem ser entendidos ao mesmo tempo como reforçadores incondicionados e como estímulos discriminativos (que equivalem, em sentidos específicos, a reforçadores condicionados). São partes do eu material e podem ser objetos de investigação em análise do comportamento como determinantes dos repertórios operantes que se caracterizam como típicos do sistema organizado de respostas que denominamos subjetivo. Em ambas as formulações, de James e de Skinner, podemos considerá-los como elementos que pertencem ao eu e de que o eu depende para ter sua identidade. No que diz respeito a sustentar essa afirmação em análise do comportamento, um argumento exemplar é o fato, amplamente registrado em condições experimentais, das reações emocionais observadas quando uma resposta frequentemente reforçada no passado é sujeita a extinção, reações que se podem descrever como frustração; prejuízos em

qualquer dos elementos que James relaciona como pertencentes ao eu material significam, em termos behavioristas, não só a exposição do indivíduo a condições ambientais adversas, mas também (e talvez sobretudo) perder a chance de obter reforçadores que em última instância definem quem é o indivíduo ou quais são as relações funcionais que controlam o repertório comportamental que o define.

Eu social e controle de estímulo. O eu social pode ser diretamente relacionado ao controle de estímulo. O conceito de eu social em James descreve dois elementos: *formas* subjetivas e seus *determinantes*. Em outras palavras, refere-se a distintas topografias de comportamentos e às ocasiões que os evocam. Os dois aspectos são inseparáveis na teoria do próprio James (1890/1994, p. 190):

Muitos moços que são bastante maduros diante dos pais e professores praguejam e brava-teiam como piratas entre seus jovens amigos “durões”. Não nos mostramos a nossos filhos como a nossos companheiros do clube, a nossos clientes como aos trabalhadores que empregamos, a nossos próprios senhores e patrões como a nossos amigos íntimos. Disso resulta o que na prática é uma divisão do homem em diversos eus; e isso pode ser uma cisão discordante, como quando alguém tem medo de deixar que um conjunto de seus conhecidos saiba como ele é em outra situação; ou pode ser uma divisão de trabalho perfeitamente harmoniosa, como quando alguém terno com seus filhos é severo com os soldados e prisioneiros sob seu comando.

Ao considerar-se o significado do eu social em termos behavioristas, trata-se do conceito skinneriano básico desse objeto:

“*sistema de respostas funcionalmente unificado*” (Skinner, 1953, p. 285). Quando se fala do eu social, fala-se, sobretudo, de controle de estímulo. As atividades de uma pessoa ou de um grupo, ou a simples apresentação deste ou daquela, são estímulos que controlam conjuntos inteiros de respostas de um indivíduo. No campo do comportamento verbal, isso pode ser entendido como o controle exercido pela audiência, que representa “uma condição para o reforço de um grande grupo de respostas e que, portanto, vem a afetar a força de tal grupo. Audiências diferentes controlam diferentes subdivisões do repertório do falante” (Skinner, 1957, p. 173).

James afirma que o eu social de um homem depende dos outros indivíduos, que “carregam uma imagem dele em suas mentes” (1890/1994, p. 190). Como traduzir a imagem de que fala James em conceitos acessíveis aos procedimentos da análise do comportamento? Antes de tentar determinar *o que* seja essa imagem, trata-se de buscar definir *como* ela determina o eu social.

A simples presença de uma pessoa pode eliciar condições emocionais, conforme o paradigma do condicionamento respondente, e o estado emocional decorrente predispõe o indivíduo a agir de certas maneiras, e não de outras. Ao assistir às aulas de um professor que se assemelha ao pai devotado que um estudante teve, este se mostrará uma pessoa diferente do que no caso de seu pai ter sido opressor. Igualmente, a aparência de alguém diante de um indivíduo pode funcionar como estímulo incondicionado: uma mulher atraente pode fazer surgir um galanteador, e um homem musculoso pode levar ao aparecimento de um indivíduo submisso. Não só é possível que a aparência dos outros

determine diferentes eus sociais, mas também as suas ações (ou sinais que indicam o que tenderão a fazer). Podem-se aí incluir as expressões faciais dos outros tanto quanto a maneira como eles agem no ambiente. Uma diva que atrai objetos contra as paredes ou um hércules que recita poemas líricos podem determinar eus sociais no indivíduo à sua frente bem diferentes do que sua mera aparência.

Estados emocionais, entretanto, são apenas uma parte dos determinantes do eu social, da “imagem” que o outro “carrega na mente”. Em certo sentido, um estímulo condicionado continuar a eliciar respostas pavlovianas depende da participação de operantes, como a atividade de lembrar, por exemplo; afinal, a repetição do estímulo condicionado sem ser pareado com o estímulo incondicionado progressivamente leva à diminuição da magnitude (e eventual extinção) da resposta reflexa. A respeito da importância de abordar tanto respondentes quanto operantes ao investigar o controle de estímulo, citamos Skinner (1966, p. 652):

Uma análise cuidadosa das contingências de reforço tanto no comportamento operante quanto no respondente parece-me um primeiro passo absolutamente essencial. Não é um problema de diferenças na teoria, é uma questão de alcançar uma formulação que se adapta aos fatos conhecidos. Essa é uma tarefa à qual Pavlov, se estivesse vivo hoje, dedicar-se-ia com seu entusiasmo característico.

Outro aspecto dos determinantes do eu social está em serem a aparência e as atividades de outros indivíduos *estímulos discriminativos* que aumentam a probabilidade da emissão de respostas que caracterizam, topograficamente,

um eu social dentre os diversos que podem ser apresentados por um mesmo indivíduo. É verdade que a exposição de um indivíduo a uma história de reforço determinada por contingências naturais eventualmente leva ao surgimento de repertórios específicos, controlados por estímulos do ambiente físico. Um homem solitário em uma ilha deserta poderia mostrar-se, por exemplo, um coletor de frutos em certas épocas do ano, e poderia ser um caçador em outras ocasiões, conforme observasse sinais que indicam a presença de animais. Mas o controle de estímulo aqui referido diz respeito a uma forma particular de modelagem e manutenção de comportamento, em que o reforço é mediado por outros indivíduos, as respostas não têm dimensões em comum com as consequências que as mantêm, e as contingências de reforço são arranjadas pela comunidade. Essas são as características distintivas do comportamento verbal (Skinner, 1957), e também são características que parecem ser exclusivas da espécie humana, típicas das formas de controle do comportamento que fundamentam a produção e reprodução da cultura.

As “imagens” do eu que os outros “carregam na mente” são duradouras. Contingências de reforço social estabelecem operantes que tendem a apresentar uma maior resistência à extinção. Diante de contingências naturais, estímulos discriminativos, respostas e consequências interligam-se através de propriedades geométricas e mecânicas comuns entre as atividades do organismo e as características do ambiente, e em que há mais regularidade em comparação com o ambiente social. Mesmo em esquemas de reforço intermitente, respostas que perdem a eficácia em obter reforçadores incondicionados tendem

a deixar de ser emitidas diante dos mesmos estímulos. Mas contingências sociais tanto envolvem estímulos, respostas e consequências que não têm dimensões comuns quanto estabelecem esquemas em que a probabilidade de reforço diante dos mesmos estímulos pode variar bastante. Por exemplo, um mesmo ouvinte pode estar em um dia mais disposto a reforçar mandos do falante e, em outro dia, muito menos favorável. O controle do comportamento reforçado socialmente é, por assim dizer, mais “fluido” do que nas contingências naturais. É claro que não só o indivíduo é determinado, os outros também são. Falante e ouvinte alternam posições, assim como o indivíduo cujo comportamento é analisado e os indivíduos que medeiam os reforçadores das respostas daquele. Nos episódios em que contingências sociais ocorrem, o controle do comportamento é mútuo, isto é, a probabilidade de um indivíduo reforçar ou punir respostas do outro varia à medida que, no decorrer da interação entre os sujeitos, as respostas de um indivíduo alteram as variáveis que determinam as respostas do outro. Isso promove tanto uma maior resistência à extinção quanto uma maior variabilidade dos repertórios do indivíduo, além da possibilidade de submetê-los a discriminações mais sutis e a mudanças dramáticas na magnitude das respostas emitidas.

Afinal, como definir *o que* é a imagem do indivíduo que os outros carregam na mente, de que fala James? Ela é observada no comportamento do sujeito diante dos outros: é um repertório sob controle de estímulo, em contingências de reforço sociais. No que diz respeito ao “discurso” do eu social, trata-se do comportamento verbal controlado pela audiência.

Eu espiritual e comunidade verbal. O eu espiritual pode ser compreendido por meio das relações entre a comunidade verbal e o controle do comportamento do indivíduo. O eu espiritual pode ser, para James (1890/1994, pp. 191-197), adimensional, mas isso não significa que sua definição dependa de um tipo de matéria com propriedades especiais. Sua caracterização fundamental é o que o indivíduo reconhece como mais propriamente e mais intimamente seu. Sua consciência, suas cogitações, seu juízo, a percepção de si mesmo separado dos outros. São as disposições psíquicas do indivíduo, em conjunto, que ele denomina *suas*, e a consciência de estar consciente. Ocorrem no eu espiritual dois pensamentos lado a lado: o pensamento cujo objeto é aquilo sobre o que a consciência opera, e o pensamento cujo objeto é o próprio pensamento, reconhecido como exclusivamente pessoal. O eu espiritual é consciência do mundo e consciência da consciência.

James refuta a ideia de uma possível substância para a consciência, ou de que ela possa ser considerada como algo estático. O pensamento é um fluxo (James, 1890/1994, cap. 9), uma sucessão de estados de consciência pessoais, cambiante, contínua, lidando com objetos independentes de si, e discriminativa. Identifica-se aí uma similaridade com a descrição skinneriana do comportamento do indivíduo: o organismo é um agente individual, emite diferentes respostas ao longo do tempo, é o elemento em comum em uma história de reforço que se desenrola, opera sobre objetos do ambiente e discrimina dimensões relevantes dentre tudo que está ao alcance de seu sistema perceptivo – características que se assemelham ao fluxo de pensamento de James.

O eu espiritual implica a consciência. Considerá-lo tão somente como o conjunto de disposições psíquicas, para James (1890/1994, p. 191), significa descrevê-lo abstratamente. Porém, concretamente, o eu espiritual “será ou o inteiro fluxo de nossa consciência pessoal, ou o ‘segmento’ ou ‘seção’ presente desse fluxo” (James, 1890/1994, p. 191). Para falar do eu espiritual em termos behavioristas e sob esses dois aspectos, abstrato e concreto, é preciso lançar mão das ideias de autocontrole e de pensamento na teoria skinneriana.

As disposições psíquicas podem ser entendidas em termos de autocontrole e de pensamento. O indivíduo emite respostas controladoras e desse modo manipula o momento de emissão das respostas controladas, assim como sua magnitude e ritmo, prioriza algumas em detrimento de outras, escolhe quais reforçadores obter dentre os disponíveis, antecipa punidores e prepara-se para evitá-los ou suportá-los antes que se mostrem sinais que tipicamente os precedem – para citar algumas das várias formas possíveis de autocontrole. Esse indivíduo poderia dizer que faz tudo isso porque quer, porque isso é melhor para si, porque isso faz parte de suas crenças; ele assim declara-se um indivíduo livre e responsável pela própria vida. Os exemplos de comportamentos relacionados ao pensamento apresentados por Skinner (1989, p. 16) podem ser agregados às formas de autocontrole aqui mencionadas para caracterizar, enfim, o que seriam as disposições psíquicas como “a parte do eu mais duradoura e íntima, a parte que nós mais verdadeiramente parecemos ser” (James, 1890/1994, p. 191).

Segundo James, o eu espiritual também é, concretamente, quem reivindica a pos-

se dessas disposições, quem o afirma para si mesmo e para os outros. Como considerar essa ideia em análise do comportamento? Basicamente, em termos de respostas controladas por estímulos, privados ou públicos, gerados pelo comportamento do próprio indivíduo. A característica concreta do eu espiritual é que o indivíduo o sente como a sua identidade íntima:

Pois essa parte central do Eu é sentida... não é em nenhuma medida um *mero* “*ens rationis*”, cògnito somente através de uma maneira intelectual, nem uma *mera* soma de memórias ou um *mero* som de uma palavra em nossos ouvidos. É algo com que também temos contato sensível direto e que está tão integralmente presente em qualquer momento da consciência em que *está* presente quanto na duração total desses momentos. (James, 1890/1994, p. 193)

O aspecto abstrato do eu espiritual foi descrito como as atividades de autocontrole, sobretudo aquelas condicionadas pela comunidade verbal, e os comportamentos que foram classificados como típicos do pensamento. Ao observarmos um indivíduo que exerce essas atividades, ele demonstra uma *autonomia* aparente. Seria possível então declarar, a partir do que se vê “fora da pele” do indivíduo, que ele tem uma consciência pessoal, talvez um eu espiritual. Mas como ele observa as mesmas atividades? Ou, em outras palavras, teria ele consciência de sua aparente autonomia? Esse é um campo em que se pode cometer facilmente a falácia do psicólogo, expressão cunhada por James (1890/1994, p. 128) para designar “a *confusão de seu próprio ponto de vista com aquele do fato mental* sobre que ele faz seu relatório”.

Declarar, assim, que o indivíduo demonstra um eu espiritual a partir do que vemos “fora da pele” é insuficiente, assim como seria o tratamento da consciência em terceira pessoa, ou heterofenomenológico, descrito por Dennett (2005, pp. 25-56). O eu espiritual é sentido, vale repetir: afirmá-lo depende de o próprio indivíduo ser capaz de identificá-lo ou descrevê-lo; em termos behavioristas, a condição para isso ocorrer é a presença de um “especialista treinado por um conjunto especial de contingências” (Skinner, 1953, p. 287). Esse especialista é um repertório de autoconhecimento que “funciona concorrentemente com o sistema comportamental que ele descreve” (Skinner, 1953, pp. 287-288).

Retomando a questão de James sobre o que o indivíduo sente quando reconhece a existência do eu espiritual, a resposta aqui proposta são os operantes verbais controlados pela estimulação resultante do comportamento do próprio indivíduo. Como exemplo desses operantes, cita-se o próprio James (1890/1994, p. 193):

Antes de tudo, estou ciente de um constante jogo de facilidades e impedimentos em meu pensamento, de contenções e liberações, tendências que transudam desejo e tendências que vertem na direção oposta. Dentre os assuntos sobre os quais penso, alguns alinham-se no lado dos interesses do pensamento, enquanto outros desempenham um papel inamistoso em relação a eles. As inconsistências e concordâncias mútuas, reforços e obstruções, que subsistem entre esses assuntos objetivos, reverberam retroativamente e produzem o que parecem ser reações incessantes de minha espontaneidade sobre eles, acolhendo ou opondo-se, apropriando-se ou rejeitando, batendo-se a favor ou contra, dizen-

do sim ou não. Essa palpitante vida interior é, para mim, aquele núcleo central que acabei de tentar descrever em termos que todos os homens poderiam usar.

Descrever e investigar o eu espiritual em análise do comportamento envolve pesquisar as contingências sociais que modelam e sustentam a maior parte dos operantes de autocontrole, assim como possibilitam o pensamento e o estabelecimento de repertórios controlados pela estimulação resultante do comportamento do próprio indivíduo.

Ego puro e três níveis de seleção. Não se transpõem aqui em termos behavioristas as três teorias filosóficas que James reúne como paradigmas do ego puro. Isso envolveria considerações metafísicas que não pertencem ao campo delimitado para este artigo. Entretanto, vale lembrar que a solução de James para o problema do ego puro é a de relacioná-lo ao fluxo de pensamento.

Se alguém argumentar que eu não determino a *razão* por que os pensamentos sucessivamente passageiros deveriam herdar as posses uns dos outros, ou por que eles e os estados cerebrais deveriam ser funções (no sentido matemático) uns dos outros, eu responderei que a razão, se houver alguma, deve estar onde todas as razões reais estão, no total sentido ou significado do mundo. (James, 1890/1994, p. 259)

Agora, como “tradução” dessas palavras: o organismo emite respostas contínua e sucessivamente, e a estimulação resultante das respostas anteriores é parte das variáveis que determinam a forma, a magnitude e a frequência das respostas emitidas a cada momento; as consequências das respostas emitidas alte-

ram o organismo, particularmente (quanto ao comportamento) em seu sistema nervoso, segundo relações funcionais empiricamente determináveis em termos quantitativos; a ideia subjacente a essas afirmações é a de que há ordem nos eventos naturais.

Seria possível ir mais além, no sentido de relacionar o princípio de identidade pessoal, representado pelo fluxo de pensamento, à emissão contínua e sucessiva de respostas de autoconhecimento e autocontrole. Estas, por sua vez, são resultantes de três níveis de variação e seleção do comportamento (tal como descrito, por exemplo, em Skinner, 1990, pp. 1206-1207): a seleção natural, o controle pelas consequências do comportamento no ambiente natural e o condicionamento de operantes pela comunidade verbal. Vale dizer, ainda, que o problema da continuidade psicológica, diretamente ligado à questão do ego puro, foi discutido recentemente por Rachlin (2010).

Sentimentos, emoções e ações do eu. James (1890/1994, pp. 197-199) afirma que o eu suscita sentimentos e emoções, assim como incita ações, todos especificamente ligados à vida subjetiva do indivíduo. Uma tradução desses conceitos em termos behavioristas levaria à repetição de ideias apresentadas antes neste mesmo artigo. Tanto a cenestesia quanto a preservação e o favorecimento de si podem ser investigados, teórica e empiricamente, por meio de referências a contingências de reforço. Sentimentos, emoções e ações típicas do eu são todas atividades, do ponto de vista da análise do comportamento, e sua especificação topográfica como algo distinto dos constituintes do eu teria pouco a oferecer aqui. Desse modo, por ora, vale repetir o que Skinner (1986, p. 122) afir-

mou: “Existe provavelmente uma razão para a forma de cada palavra, assim como existe provavelmente uma razão para a cor de cada pássaro ou flor, mas não vale a pena procurar nenhuma delas como um fato específico.”

É importante ressaltar, entretanto, que, embora se aplique aqui uma regra de parcimônia, não se sugere que seja inútil investigar – ou, pelo menos, traduzir em referências a contingências de reforço, tanto operantes quanto respondentes – termos como orgulho, vaidade, arrogância, modéstia, insegurança e mortificação, como alguns exemplos dos sentimentos e emoções citados por James, ou as ações que o autor relaciona à expressão de nossos “instintos” fundamentais. Para isso, a teoria e o método estão disponíveis em *Verbal behavior* (Skinner, 1957); exemplos da tradução de termos psicológicos podem ser encontrados em “The origins of cognitive thought” (Skinner, 1989); finalmente, uma reflexão ampla da natureza desses problemas acha-se em “The operational analysis of psychological terms” (Skinner, 1945).

Apenas para lembrar que as contingências analisadas nesse âmbito não são simples, quer dizer, que esses comportamentos exigem a investigação de diversas variáveis em uma relação complexa:

Sem dúvida, quando estamos satisfeitos conosco, recitamos afetuosamente todas as possíveis recompensas segundo nosso merecimento; quando num arruobo de desespero pessoal, pressagiamos o mal. Mas a mera expectativa de recompensa *não é* a satisfação consigo, e a mera apreensão do mal *não é* o desespero pessoal, pois há um certo matiz médio de cenestesia que cada um de nós carrega consigo, e que é inde-

pendente das razões objetivas que podemos ter para estarmos satisfeitos ou descontentes. Isto é, um homem condicionado de modo muito real pode abundar em presunção inquebrantável, e alguém cujo sucesso na vida é seguro e que é estimado por todos pode permanecer titubeante acerca de seus poderes até o fim. (James, 1890/1994, p. 197)

Uma anotação de Skinner é relevante nesse contexto. Embora o behaviorista aluda à teoria de James e Lange sobre as emoções, o que ele comenta pode tanto mostrá-lo um pouco “titubeante” sobre suas ideias quanto ser um lembrete para o valor de manter uma abertura para interpretações flexíveis dos sentimentos, emoções e ações do eu, tal na identificação das variáveis envolvidas no controle múltiplo do comportamento, tal na consideração sobre o significado filosófico das experiências que compõem a existência humana:

Ao escrever “Humanismo e behaviorismo”, eu afirmei: “Sexo não é reforçador porque sua sensação é boa; sua sensação é boa porque sexo é reforçador”. Depois de enviar o artigo, percebi que tinha cometido o erro do qual acusara William James e enviei uma nota ao editor: Mude a frase para “é reforçador e sua sensação é boa por uma razão filogenética comum”.

Mas mesmo isso omite algo. Chamamos coisas de boas quando são reforçadoras porque isso é, em parte, um meio de obter mais dessas coisas. Descrevemos reforçadores como bons, e coisas boas dão boas sensações, como dizemos. É importante não perder de vista a filogenia, mas ser reforçador e dar uma sensação boa não são exatamente cognatos. (Skinner, 1980, p. 342)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de eu material, eu social, eu espiritual e ego puro, expostos por James, podem ser traduzidos em uma concepção skinneriana. O eu material pode ser traduzido em termos de filogênese e ontogênese do comportamento, de privações e emoções, e dos reforçadores envolvidos; o eu social, por meio de uma análise de controle de estímulos; o eu espiritual, como um especialista treinado pela comunidade verbal para responder ao próprio comportamento; e o ego puro, como resultado dos três níveis de variação e seleção do comportamento.

REFERÊNCIAS

- Abib, J. A. D. (1993). A psicologia é ciência? Ciência é articulação de discursos da filosofia, da história da ciência e da psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9, 465-486.
- Abib, J. A. D. (1996). Revoluções psicológicas: um retorno a Wilhelm Wundt, William James e outros clássicos. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, 6, 107-143.
- Abib, J. A. D. (1999). Empirismo radical e subjetividade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 15, 55-63.
- Ayala, F.J. (2003). Evolution. In *Encyclopaedia Britannica 2003 Deluxe Edition CD-ROM*. Chicago: Encyclopaedia Britannica.
- Baum, W.M. (2006). *Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução* (2a ed. rev. e ampl.). (M. T. A. Silva, M. A. Matos, G. Y. Tomanari, & E. Z. Tourinho, Trans.). Porto Alegre: ArtMed.
- Carone, I. (2004). Metáfora e psicologia: uma relação perigosa? *Cadernos de Estudos e Pesquisas*, 10, 1-34. São Paulo: Universidade Paulista.
- Dawkins, R. (2006). *The God delusion*. London: Bantam.

- Dennett, D. C. (2005). *Sweet dreams: philosophical obstacles to a science of consciousness*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Dentello, F. (2009). *Análise do conceito de eu em James e Skinner* (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Figueiredo, L. C. M. (1991). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Figueiredo, L. C. M. (1992). *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação: 1500-1900*. São Paulo: Educ/Escola.
- James, W. (1994). *The principles of psychology* (Great Books of the Western World, vol. 53). Chicago: Encyclopaedia Britannica. (Obra original publicada em 1890).
- Lopes, C. E. (2006). *Behaviorismo radical e subjetividade* (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Malone Jr., J. C. (1975). William James and B. F. Skinner: behaviorism, reinforcement, and interest. *Behaviorism*, 3, 140-151.
- Mechner, F. (2008). An invitation to behavior analysts: review of *In search of memory: the emergence of a new science of mind* by Eric R. Kandel. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 90, 235-248.
- Rachlin, H. (2010). How *should* we behave? A review of *Reasons and persons* by Derek Parfit. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 94, 95-111.
- Silva, M. T. A., Gonçalves, F. L., & Garcia-Mijares, M. (2007). Neural events in the reinforcement contingency. *The Behavior Analyst*, 30, 17-30.
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52, 270-277.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York: Macmillan.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1966). Some responses to the stimulus "Pavlov". *Conditional Reflex*, 1, 74-78.
- Skinner, B. F. (1980). *Notebooks* (R. Epstein, Ed. e Intr.). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1986). The evolution of verbal behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 45, 115-122.
- Skinner, B. F. (1989). The origins of cognitive thought. *American Psychologist*, 44, 13-18.
- Skinner, B. F. (1990). Can Psychology be a science of mind? *American Psychologist*, 45, 1206-1210.
- Tourinho, E. Z. (2006). *Subjetividade e relações comportamentais*. Tese para concurso de professor titular, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.